



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANC XVII — Nº 66

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 26 DE MAIO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, para melhor distribuição dos trabalhos de apreciação dos vetos presidenciais que pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, resolve estabelecer a seguinte destinação das sessões conjuntas a serem realizadas:

Dias 29 e 30 de maio, 5 e 6 de junho, às 21,30 horas:

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 2.222, de 1957, na Câmara dos Deputados e nº 13, de 1960, no Senado), que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Dia 7 de junho, às 21,30 horas:

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 3.078, de 1961, na Câmara e nº 152, de 1961, no Senado), que altera o art. 1º da Lei nº 3.205, de 15 de julho de 1957 (que reestruturou os cargos de Tesoureiro do Serviço Público Federal).

Senado Federal, 22 de maio de 1962. — *Argemiro de Figueiredo*, no exercício da Presidência.

6ª Sessão conjunta da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 4ª Legislatura

Em 29 de maio de 1962, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 2.222, de 1957, na Câmara dos Deputados e nº 13, de 1960, no Senado) que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo Relatório, sob nº 6, de 1952, da Comissão Mista.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº Disposição a que se refere

Cédula nº Disposição a que se refere

- | | |
|---|--|
| 1 | alínea f do art. 9º; |
| 2 | § 2º do art. 16; |
| 3 | art. 19 (expressões vetadas); |
| 4 | parágrafo único do art. 36; |
| 5 | art. 50 (expressões vetadas); |
| 6 | art. 53, letra b (expressões vetadas); |
| 7 | art. 58. |

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.
Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.
Segundo-Suplente — Guido Mondim — PSD.
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

LÍDER

Flinto Müller (PSD).

VICE-LÍDER

Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Victorino Freire (PSD).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Guido Mondim (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Saulo Ramos (PTB).

DA MINORIA

João Villasbôas — (UDN)

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER

Benedito Valladares.

VICE-LÍDERES

Gaspar Veloso.
Victorino Freire.
Alô Guimarães.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.
Afrânio Lages.
Padre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Barros Carvalho.

VICE-LÍDERES

Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.
Nelson Maculan.

DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.
7. Ruy Carneiro — Paraíba.
8. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
9. Silvestre Péricles — Alagoas.
10. Ary Vianna — Espírito Santo.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Mattos.
6. Menezes Pimentel — Ceará.
11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
12. Gilberto Marinho — Guanabara.
13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
14. Moura Andrade — São Paulo.
15. Gaspar Veloso — Paraná.
16. Alô Guimarães — Paraná.
17. Guido Mondim — Rio Grande do Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Flinto Müller — Mato Grosso.
20. Juscelino Kuoitschek (Licenciado em exercício o Sr. José Feliciano) — Goiás.
21. Pedro Ludovico — Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.
2. Zucarias de Assunção — Pará.

3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Távora — Ceará.
5. Reginaldo Fernandes — Rio.
6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lages — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.
11. Ovidio Teixeira — Bahia.
12. Del Caro — Espírito Santo.
13. Afonso Arinos — (Licenciado. Em exercício o suplente Valêncio Igrejas) — Guanabara.
14. Padre Calazans — São Paulo.
15. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17. Milton Campos — Minas Gerais.
18. João Villasbôas — Mato Grosso.
19. Lopes da Costa — Mato Grosso.
20. Colmbra Bueno — Goiás.

DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Paulo Fender.

DO PARTIDO REPUBLICANO

LÍDER

Mendonça Clark.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Victorino Freire — Maranhão.

- 1 Sebastião Archer — Maranhão.
5 Eugênio Barros — Maranhão.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- 1 Vivaldo Lima — Amazonas
2 Matias Olympio — Piauí.
3 Fausto Cabral — Ceará.
4 Argemiro de Figueiredo — Paraíba
5 Barros Carvalho — Pernambuco.
6 Lourival Pontes — Sergipe.
7 Lima Teixeira — Bahia
8 Canabarro de Castro — Maranhão
9 Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro
10 Miguel Couto — Rio de Janeiro
11 Nelson Maculan — Paraná
12 Saulo Ramos — Santa Catarina
13 Nogueira da Gama — Minas Gerais

Licenciado o Sr. Leônidas Mello — (Piauí). Em exercício o Suplente, Sr. Mendonça Clark (do PR).

PARTIDO LIBERTADOR

- 1 Novaes Filho — Pernambuco.
2 Aloisio de Carvalho — Bahia
3 Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

- 1 José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

- 1 Lino de Matos — São Paulo.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

- 1 Paulo Fender — Pará.

PARTIDO REPUBLICANO (P.R.)

- 1 Mendonça Clark — Piauí.

SEM LEGENDA

Dix-Huyt Rosado — Rio Grande do Norte.

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente
Rui Palmeira
Argemiro de Figueiredo
Gilberto Marinho
Mourão Vieira
Novaes Filho
Mathias Olympio
Guido Mondim
Joaquim Parente (9).

Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente
PSD — Eugênio Barros — Vice-
PSD — Aloísio Guimarães
PSD — Paulo Fernandes
UDN — Lopes da Costa
UDN — Ovidio Teixeira
PTB — Fausto Cabral (7)

SUPLENTE

PSD — Pedro Ludovico
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Sebastião Archer
UDN — Del Caro
UDN — Irineu Bornhausen
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

Comissão de Saúde Pública

UDN — Reginaldo Fernandes — Presidente.
PSD — Aloísio Guimarães — Vice-Presidente.
UDN — Fernandes Távora.
PSD — Pedro Ludovico.
PTB — Saulo Ramos — (5)

SUPLENTE

PSD — Eugênio Barros.
PSD — Jarbas Maranhão.
UDN — Lopes da Costa.
UDN — Sérgio Marinho.
PTB — Arlindo Rodrigues.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretário: Eduardo Rui Barcos.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MUJILLO FLECKEIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 90,00

Exterior

Ano Cr\$ 100,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 33,00
Ano Cr\$ 70,00

Exterior

Ano Cr\$ 100,00

— Excetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Finanças

10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), EM 24 DE MAIO DE 1962

As 14,30 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Ary Vianna, reúne-se a Comissão de Finanças, estando presente os seguintes Srs. Senadores: Lobão da Silveira, Lopes da Costa, Barros Carvalho, Nogueira da Gama, Silvestre Pérciles, Menezes Pimentel, Gaspar Velloso e João Arantes.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Barros Carvalho que relata favoravelmente o Projeto de Lei da Câmara nº 45-61, que eleva o Território do Acre à categoria de Estado. O parecer apresentado pelo Sr. Relator, é apoiado pela Comissão.

Prosseguindo, usa da palavra o Sr. Nogueira da Gama que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 19-1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 278.690.500,00 destinados à despesas de desapropriação dos imóveis necessários à construção da ligação ferroviária Belo Horizonte-Itaboraí-Pecanha. Sem objeções, é o parecer do Sr. Relator aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu Fernando de Almeida Chermont, secretário, lavro a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Educação e Cultura

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1962.

As 16 horas e 30 minutos, na Sala das Comissões, presentes os Senhores

Senadores Menezes Pimentel, Mem de Sá, Jarbas Maranhão, Reginaldo Fernandes e Lobão da Silveira, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura, sob a presidência do primeiro dos citados Senadores.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Arlindo Rodrigues, Saulo Ramos e Padre Calazans.

É lida e se altera a aprovação da ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente procede à leitura da pauta, dando conhecimento à Comissão das matérias submetidas à apreciação. Em seguida, concede a palavra ao Sr. Senador Jarbas Maranhão que relata com parecer favorável, o Projeto de Lei da Câmara nº 172-61, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de seis milhões de cruzeiros, destinado a auxiliar diversos colégios e Educandários, nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Goiás. O Parecer do Relator é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Evandro Fonseca Parenazua, secretário da Comissão, esta ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 503ª SESSÃO DA 1ª SEÇÃO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA, EM 25 DE MAIO DE 1962

PRESENCIA DO SR. MATHIAS OLYMPIO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Paulo Coelho — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Bar-

ros Carvalho — Afrânio Lages — Silvestre Pérciles — Lourival Fontes — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Aloisio de Carvalho — Ary Vianna — Luterbach Nunes — Calado de Castro — Venancio Igrejas — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Lino de Matos — Pedro Ludovico — José Feliciano — Filinto Müller — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Mem de Sá — Guido Mondim (28)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declarou aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

Ofício nº 542-68, de 11 de abril, da Federação das Indústrias do Distrito Federal e do Centro Industrial do Rio de Janeiro — Transmite manifestação das referidas entidades, contrariamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 2-62 que determina marcação do preço de venda em mercadorias postas no comércio.

OFÍCIOS do Sr. Presidente do Conselho de Ministros:

Nº 22 (nº de origem 199), de 16 de maio — Comunica haver determinado providências para obtenção dos esclarecimentos solicitados pelo Sr. Senador Jefferson de Aguiar em seu Requerimento nº 99, de 1962;

Nº 23 (nº de origem 290), de 16 de maio — Comunica haver sido encaminhado ao Ministério da Viação e Obras Públicas o teor do discurso pronunciado pelo Sr. Senador José Feliciano sobre a execução do Plano Quinquenal de Estradas de Rodagem.

Nº 24 (nº de origem 205), de 17 de maio — Comunica, em referência ao discurso proferido na sessão de 10 de abril pelo Sr. Senador Mourão Vieira, contendo apelo e sugestões da Assembleia Legislativa do Amazonas, relativamente a providências indispensáveis ao amparo da multicultura nacional que o Gabinete já havia determinado o exame do assunto, por sugestão de Sua Excelência mesmo, tendo agora sido recomendado aos órgãos competentes da administração tenham na devida conta, em seus estudos, novas medidas alvitradas;

Nº 25 (nº de origem 216), de 17 de maio — Comunica haverem sido adotadas imediatas medidas, pelos órgãos competentes, sobre o assunto do discurso proferido na sessão de 4 de abril pelo Senhor Senador Paulo Coelho.

O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte:

Requerimento nº 253, de 1962

Senhor Presidente

O "Estado de São Paulo", prestigioso órgão da imprensa, em data de ontem, noticiou haver o Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários nomeado, em caráter interino, algumas dezenas de pessoas estranhas ao quadro de pessoal da Instituição, para o cargo de Técnico de Previdência e Seguros nas principais Delegacias Regionais do País.

Protestos começam a ser feitos, pleiteando a anulação de tais atos. Visando a tomar conhecimento seguro das ocorrências denunciadas, requeremos sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho as seguintes informações:

a) se o Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões

dos Industriários nomeou, em caráter interino, pessoas estranhas ao quadro do pessoal da Instituição, para o cargo de Técnico de Previdência e Seguros nas Delegacias Regionais do País, em caso de falta, a relação e idade dos nomeados, das das nomeações e locais onde se acham servindo;

b) se as nomeações atenderam, entre outros, aos requisitos do longo título em assunto de administração, apresentação de trabalhos especiais, participação de comissões, estágios, cursos, etc.

c) a nível dos car os para os quais foram feitas as nomeações.

Sala do Senado, em 25 de maio de 1962. — *A. João Lopes.*

O SR. P. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador João Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, minha intervenção será rigorosamente breve. A Casa, através da Mesa, recebeu telegrama do Sr. Raul Campos, prefeito de Lagoa Vermelha, do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Pede S.S. que, num movimento de protesto, apelemos para o Executivo, a fim de que não sejam tiradas as verbas destinadas, no Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias do País, à Estrada BR-42 que, em certo trecho, sumamente importante, une Lagoa Vermelha a São Borja. A Lagoa Vacaria-Pasto Fundo, em plena instrução, se ocorrer o anúncio deste — foi-se em 40% de redução as verbas — sofrerá completa paralisação.

Para aquela região do Rio Grande do Sul, essa medida importará num verdadeiro desastre, porque sabemos que a estrada, para lá de estrada deserta. A região de meu Estado onde constrói a BR-43, é de intensa produção de cereais, particularmente o milho e a soja. Embora de aneira precária, esses cereais circulam, não só no sul e no norte do Estado, como no Norte do País. Consequentemente, trata-se de estrada de ma importância para o escoamento produção riograndense.

O Plano Quinquenal, destina dois milhões e trezentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros à construção desta estrada. Por certo, uma quinta parte dessa importância será aplicada, no melhor na pavimentação do trecho ligando-se o Plano de Economia, ocorrido, consequentemente, o corte das verbas destinadas à pavimentação da BR-43, o trecho a que me refiro não é completado e o Rio Grande do Sul ficará seriamente prejudicado.

Sr. Presidente, atendendo ao telegrama do Prefeito de Lagoa Vermelha, clamamos para que o Executivo, ao examinar o Plano de Economia, recuse-se de que será muito mais prejudicial à Nação não suprir o Departamento com a verba necessária ao acompanhamento das obras, do que a prior economia que se pretende.

Este o apelo que faço, para com ele prestar minha atenção à solicitação do Prefeito de Lagoa Vermelha, acrescentando que procurarei entender-me com o Sr. Primeiro Ministro e com o Presidente da República, a fim de fazer sentir a S. Exas. que apesar do Plano de Economia, não se deve, no setor rodoviário, nenhuma importância destinada, este ano, à construção da BR-43, particularmente trecho compreendido entre Vacaria e São Paulo.

Só, Sr. Presidente. (Muito bem; to bem)

SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o pagamento da cota do Imposto de Renda aos Municípios deverá ser feito, pelo Ato Adicional nº 5, no terceiro trimestre de cada ano. Se não for possível, como já nos referíamos, a antecipação do pagamento de cinquenta por cento da cota, seria de toda a conveniência que fosse efetuado, então, o pagamento no próximo mês de julho, a fim de que os Prefeitos Municipais pudessem colocar arroz, feijão e milho para revender ao povo, no período da entressafra do cereal. Essa providência não viria, de nenhuma forma, prejudicar outros que o Governo Federal e algumas entidades regionais estão tomando, ainda que estes gêneros importados fossem distribuídos nos próprios Municípios do interior, o que, certamente, não aconteceria. E de toda conveniência, por adquirir os cereais vendidos no local da produção, onde não haverá grande despesa nem com transporte nem com distribuição e, principalmente, com a importação à base de dólar de quatrocentos cruzeiros.

Chegam a esta Casa os clamores dos Prefeitos Municipais das pequenas cidades do interior do Brasil, onde o encarecimento de vida vem desorientando os administradores e inquietando as populações. Os Orçamentos dos Municípios são sempre ultrapassados pelos gastos; as despesas ampliam-se diariamente. Assistem os Prefeitos Municipais ao agravamento dessa situação, resultado natural do aumento dos vencimentos dos funcionários públicos federais e, daqui a alguns dias, dos servidores estaduais e municipais. Mais tarde, haverá elevação, de ordem geral, dos salários mínimos.

Agrava mais a situação a maneira inflacionária do Governo da República conduzir os negócios da nossa Pátria, e para piorar esse estado de coisas surgem as dificuldades de abastecimento de cereais e de produtos industrializados, principalmente os últimos, distantes dos centros de industrialização.

O Governo da República numa área muito mais ampla de tributação fiscal, aumenta sua receita para cobrir as despesas, além de contar com a máquina inflacionária e com o crédito exterior e operações de crédito. Já os Estados estão restritos a bem menor competência fiscal, sem contar com perspectivas de ampla assistência financeira de qualquer outro órgão público.

Os Municípios vêm diminuir suas possibilidades de atendimento às populações, no que há de mais fundamental e que exigem como mínimo indispensável à sua sobrevivência. Acresce que o Governo Federal se preocupa com a alimentação nos grandes centros populacionais da nossa Pátria, onde dispõe de órgãos de controle de preços e de abastecimento, nunca ação muito mais ampla de referência aos acambradores e, principalmente, de ação imediata por intermédio de verbas especiais para compras por esses órgãos. Tem ainda o Governo Federal a força militar, que lança para coibir qualquer desobediência às ordens de abastecimento ao povo, além de uma série de outras medidas coercitivas.

Os Estados, no entanto, dispõem de menores recursos, mais ainda os têm, pois há a força policial para corrigir os excessos. E os Municípios? Que fazer? Qual a providência a tomar? Os órgãos de controle de preços e de abastecimento, nos Municípios do interior do Brasil, não funcionam por falta de recursos financeiros, e quando o fazem, às vezes, é para piorar a situação.

Assim de braços cruzados os prefeitos são obrigados a assistir ao quadro doloroso do estiolamento da vida de suas cidades, e diante da ameaça

de fome não têm direitos a alegar para coibir os abusos, nem recursos financeiros para enfrentar o problema alimentar. Desse modo, cinge-se o prefeito municipal às obras fundamentais, já que aquelas necessárias ao desenvolvimento não pode realizar, e nem poderia aspirar obras de grande vulto.

Vemos que, realmente, no quadro nacional a situação é *qui generis*. Quando no Rio de Janeiro, centro de grande consumo, o arroz e o feijão estão a ordem de cinquenta e cinco e cinquenta e oito cruzeiros, respectivamente no interior é de trezentos e alcançam cifras elevadas no o pequeno poder aquisitivo do povo.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com muita honra.

O Sr. Pedro Ludovico — Nas Capitais é que esses problemas se tornam angustiosos; nos Municípios, a situação é mais tolerável, porque cada qual tem recursos mais fáceis e possibilidade de comprar diretamente do produtor, o que torna a vida mais barata. Nas Capitais, a coisa é muito mais difícil. Ontem, por exemplo, li nos jornais que o feijão no Rio de Janeiro está sendo vendido a cinquenta e cinco cruzeiros o quilo; em Brasília, está a duzentos cruzeiros. Isso significa que as autoridades governamentais não tomam conhecimento dessa situação, do contrário, isso não aconteceria. Não é a alta de mercadoria, mas sim, a especulação e a ganância que estão tomando conta deste País. De há muito que me bate neste particular, provando que a ganância e a especulação são as causas maiores da profunda crise que atravessamos. É necessário que o Governo olhe com muito cuidado as nossas condições de vida, para que isto não se constitua no estômio do barril de pólvora sobre o qual estamos sentados.

O SR. JOSÉ FELICIANO — O aparte de V. Exa. situa, ainda mais seriamente, o problema a que nos referimos. Acresce que nas cidades do interior há ainda as dificuldades naturais das que adquirem produtos industrializados.

Nosso discurso é sobretudo de advertência, porque, além de os órgãos controladores de preços e do abastecimento, no interior não terem, ação eficiente, dada principalmente a falta de recursos financeiros, acresce que nos Municípios, quando os acambradores tomam conta dos produtos, não existe para o Prefeito e para as autoridades locais nenhuma providência ao alcance de sua iniciativa e de sua competência.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os produtores agrícolas do País estão aguardando solução de crédito nos órgãos governamentais, dentre os quais o Banco do Brasil, através de sua Carteira Agrícola.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Com muita honra.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa. tem inteira razão quando afirma que os produtores do País estão aguardando crédito. Somente por meio de crédito financeiro à lavoura e à pecuária é que se poderá estimular a produção no País. Sem esse crédito não se poderá fazer. O custo de vida não será controlado enquanto o Governo não se dispor à ação, com a finalidade de produzir, e enquanto não conceder ajuda aos Municípios do interior, que se dedicam a produção de gêneros alimentícios e à pecuária.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. minha intervenção? Permite para contra-argumentar o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Perfeitamente.

O Sr. Pedro Ludovico — Pelo contrário, do Governo Juscelino Kubitschek até hoje o Governo tem finan-

ciado a agricultura. V. Exa. mesmo sabe que os Municípios gelanos de Ilumbiara, Santa Helena, Rio Verde e Goiatuba, neste ano, tiveram a produção de cinco milhões de sacas de arroz. Todos os lavradores, financiados pelo Governo, compraram tratores, colhedoras, enfim, tudo o necessário à lavoura, e tanto assim que os Municípios produziram muito. O Governo, portanto, não tem estado tão estúpido das necessidades dos produtores.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite o nobre orador que eu respondo o contra-argumento do nobre Senador Pedro Ludovico?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Pois não!

O Sr. Lobão da Silveira — O contra-argumento de S. Exa. vem corroborar o que dissera. Se os Municípios que V. Exa. citou apresentaram grande produção, ela foi movida exatamente pelo financiamento recebido do Governo. No meu Estado, e nos Estados do Norte, não há financiamento e em certos Bancos, na minha Região, não se desconta sem "pistelação", sem ordem superior, um simples título de cem mil cruzeiros. Vê V. Exa. a situação a que chegou o crédito no meu Estado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Muito obrigado aos nobres colegas pelos apertes.

Na época mais oportuna da operação bancária de financiamento para a próxima safra, há o retraimento do Banco do Brasil em atender às solicitações dos produtores. Chegam até nós os reclamos dos produtores do Ceará, e de muitos outros Estados, pedindo a abertura das Carteiras de financiamento e, mesmo, a ampliação dos negócios creditícios para os produtores, pecuaristas e agricultores.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Perfeitamente.

O Sr. Lobão da Silveira — Acontece que no Ceará e em outros Estados do Nordeste está chovendo terrivelmente. Quer dizer, é época do plantio. O Governo deveria acudir aqueles Estados com financiamentos, porque no Nordeste, quando chove, tudo reverdece, vem a fartura, os colheitas são abundantes. Há dois anos, quando choveu no Ceará, tal foi a safra do feijão que o produto, transportado em barcas em canoas, era levado através dos rios, até os confins da América. As terras são de tal porte, a produtividade do solo é tal, que a região nordestina nos abastece a todos.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Vossa Excelência, em seu aparte, nos dá mais um motivo para argumentação. No setor da pecuária e da lavoura, em todo o País, temos, no âmbito federal, apenas o Banco do Brasil a prestar os produtos do campo que se dedicam aos ramos da pecuária e da lavoura. E o Banco do Brasil, em todo o País, tem menos de quinhentos Agências. Dá a enorme dificuldade não só por esse pequeno número de agências, como pela dificuldade que há de se verificar em toda o País a época de necessidade de crédito para o produtor comum.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite Vossa Excelência mais um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Perfeitamente.

O Sr. Lobão da Silveira — Acabo de receber do nobre Senador Gaspar Vellozo a edição de hoje do *Diário de São Paulo*, onde há referência à situação da lavoura maranhense. Vê a situação verificada que, sem crédito e sem assistência, a produção não pode ser feita. É um caso de desespero, e a situação é muito grave. É o jornal:

"Amoroso" do produtor a colheita de café, milho e arroz de arroz. Mas a situação não melhora, e a situação é muito grave. É o jornal: "Amoroso" do produtor a colheita de café, milho e arroz de arroz. Mas a situação não melhora, e a situação é muito grave. É o jornal:

Enquanto há fome de arroz em quase todo o país o Maranhão está ameaçado de perder seis milhões de sacas por falta de financiamento. Isso corrobora todas as nossas afirmativas em torno do problema.

O SR. JOSE FELICIANO — Assim, Sr. Presidente, as providências necessárias são urgentes. E há a tendência o que vimos de constatar pelo relatório do Banco do Brasil. A produção agrícola, no ano-safra 1959-60 chegou na proporção de 69 por cento, e já no ano-safra de 1961 alcança apenas 39 por cento. Isso demonstra a diminuição do ritmo na produção produtora agropecuária e, conseqüentemente, o agravamento do problema da crise de alimentação do povo brasileiro. (Grande bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, por indicação do nobre Senador João Goulart.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi relatado pelo Gráfico) — Senhor Presidente, não era meu propósito ocupar a tribuna nesta sessão. Hoje, porém, que o necessário acordar quanto ao problema, não para provocar ambiente de calma ou de desconfiança entre os Partidos, embora entre eles existam motivos para tal, mas, porque os jornais de hoje publicam uma série de notícias de ordem política.

Sr. Presidente, recordo-me, com saudade, dos meus tempos de Colégio; como atual governista, entretanto, não sigo esse rumo com desagrado, porque a frente do Governo está um grande amigo em que confio e acredito.

As vezes, porém, a nau navega em mar bravo e, quem está no veleiro observa, muitas vezes, os rigores da tempestade. Agora mesmo quem está nesta nau pode verificar que o mar é bravo, mas o timoneiro é bom, porque neste mar encapado vai vencendo as dificuldades até encontrar porto seguro, e a ele devemos chegar. Oigo falar a todo instante que nos aproximamos da data da desincompatibilização, e o Senado ainda não se manifestou sobre a complementação do Ato Adicional.

A esta altura, Sr. Presidente, não creio que os Ministros que compõem o Conselho continuem confiantes de que permanecerão em seus postos sem se desincompatibilizar, porque no momento são realizadas reuniões no sentido de escolher os que comporão o futuro Gabinete. Julgamos alguns que este Conselho funcionará como tampão, apenas para preencher o espaço de tempo entre o período eleitoral e o início das atividades do novo Congresso, após as eleições de 7 de outubro. Ignoro o porquê de tal pensamento, todavia, argumentos são apresentados. Entre os que assim acreditam está o nobre Senador Mem de Sá; há, até, emenda de complementação do Ato Adicional de autoria de Sua Ex^a que vai ser objeto de apreciação da Casa. Não sei contudo se a emenda tem o sentido de complementar ou alterar o texto constitucional, para permitir aos atuais Ministros disputar postos eletivos sem que se afastem dos cargos que ocupam. Há, também, os que pensam — e entre estes eu me filio — que a concorrência seria desleal, porque, aqueles que receberam o voto de confiança do Congresso participando de um pleito como Ministro de Estado, dispõem da faculdade de nomear e fazer favores. O argumento é forte; não há como negar.

Outro raciocínio também se apresenta: em função do sistema parlamentarista, seria normal que nesta fase os Ministros em cumprimento do texto constitucional se desincompatibilizassem para dar oportunidade ao Governo de organizar seu Gabinete.

Há outro fato, relacionado com o Parlamentarismo, que vem sendo noticiado, mas nele, não encontrei ainda consistência. É o da possibilidade de entendimentos entre o Partido Trabalhista Brasileiro e a União Democrática Nacional — noto que o nobre Senador Pedro Ludovico me observa receoso (risos) — e que a aliança teria tomado tais proporções, que nenhuma se surpreendesse de, no futuro Gabinete, a participação da U. D. N. ser muito mais acentuada em apoio ao Governo.

Vejam bem os caras colegas: são simples notícias de jornal. Posso tranquilizar os pessimistas... (risos)

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Tenho a impressão de que os pessimistas não estão tranquilos. Quem está é a Casa, com essa onda de boatos, cujo objetivo é diminuir o Poder do Congresso e as Forças Democráticas.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito bem. A intranquilidade, penso, é mais aparente. Não há motivos tão sérios para apreensões. O que ocorre, neste instante, é que um País vizinho está pegando fogo e muita gente pensa que o fogo pode alastrar-se.

O Sr. Lobão da Silveira — É hora de colocar a bomba de molho (risos)

O SR. LIMA TEIXEIRA — O que ocorre na Argentina pode, perfeitamente, refletir-se no Brasil; pode haver clima, ambiente que facilite. Costumo dizer — e o disse há pouco — no barco há bons timoneiros. Não há, portanto, perigo à navegação. Ouve-se porém rumor muito mais sério, e falo com insuspeição: combate e combate a atitude assumida pelo Governo cubano, que é de isolacionismo.

Entretanto, Cuba foi um País que participou intimamente das deliberações da Organização dos Estados Americanos.

O Brasil, essa é a verdade, até hoje vem mantendo relações diplomáticas com esse País. Agora, porém há rumores de pressão que estaria havendo junto ao Governo brasileiro no sentido de que adote atitude que importará no rompimento de nossas relações diplomáticas e comerciais com o referido País.

Não sei de onde provém a notícia e se ela tem raízes mais fortes, mas esta sendo veiculada, talvez num reflexo do que ora ocorre em um País vizinho, como disse antes.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Gostaria que V. Ex^a como Líder da Maioria, informasse aos seus liderados o que há de verdade nesses rumores para os quais vem alertar a Casa. Só Vossa Ex^a, na posição que ocupa, pode trazer a palavra oficial a respeito.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quando iniciei o meu discurso — V. Ex^a talvez não tivesse percebido — disse não ser meu propósito usar da palavra, neste instante, e que o fazia apenas para trazer ao conhecimento dos colegas alguns fatos veiculados pela imprensa. Nestas condições, não estou falando como Líder da Maioria, limito-me a transmitir certas notícias sobre as quais quero sentir o pensamento da Casa.

O Sr. Fernandes Távora — Está soltando um boato... (Risos)

O Sr. Gaspar Velloso — Eminente Líder, permita-me V. Ex^a um novo aparte. Não gostaria de capsar a Casa nem interpor V. Ex^a com o propósito de criar-lhe uma situação difícil. Longe de mim essa intenção, mesmo porque os laços de amizade que nos unem e a grande admiração que tenho por V. Ex^a não permitiriam que

eu assim agisse. Tenho, porém, observado, agora no Senado e na Câmara dos Deputados já de algum tempo a esta parte, que há uma inversão completa. Não temos oposição e quem reclama uma série de medidas, nesta e na outra Casa, são aqueles que, por força dos cargos e da posição que ocupam, deveriam, em vez de reclamar, apresentar os projetos de lei ou solicitar do Governo da República que os elaborasse. Gostaria que houvesse uma oposição violenta com o objetivo de solucionar nossos problemas mais agudos — o alto custo de vida, a reforma agrária, etc. Compreenda V. Ex^a que não tenho intenção de criticar V. Ex^a, mas a nós todos. Seja oportuno que as medidas necessárias, de salvação nacional fossem pedidas por aqueles que têm responsabilidade para fazê-lo, no caso a Liderança dos Partidos que apoiam o Governo, nesta e na outra Casa do Congresso, e o próprio Governo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Neste particular, tive ensaio de comentar, há poucos dias, uma entrevista em que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek declarava ser a união nacional, a união de cúpula, o caminho mais acertado. Como aqui declarei, penso justamente o contrário. Nesta fase de dificuldades que o País atravessa, mais sábio de uma crise político-militar, não há mais oportuno do que a união nacional. Através dela todos os brasileiros, sem distinção de cor partidária, se dispõem a ajudar o Governo a vencer dificuldades e a encontrar o caminho natural que todos almejamos — o progresso deste País.

Sr. Presidente, como tenho aqui anotado, o fato de termos adotado o sistema parlamentarista não tira a qualquer parlamentar o direito de criticar. Nós mesmos, que compomos a Maioria — Maioria hoje constituída de todos nós, porque não sei se há oposição — temos feito nossas críticas. Eu próprio, tenho reclamado contra o alto custo de vida. Cheguei, ainda ontem, a citar um plano que elaboramos para desenvolver as lavouras de subsistência.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Gaspar Velloso — Fico muito satisfeito quando V. Ex^a diz que traz ao Congresso um plano para desenvolver as lavouras. O que V. Ex^a não pode, como Líder da Maioria, é formular críticas. V. Ex^a tem que ouvir as críticas e depois trazer a palavra do Governo sobre elas. Cito um caso: hoje, por exemplo, o ilustre representante Pessedista, Senador José Feliciano, fez discurso reclamando providências em relação a artigos essenciais às populações, que estão apodrecendo no interior, pela falta de transportes que os leve aos centros consumidores. Por casualidade, lera num jornal de São Paulo a notícia de que seis milhões de sacas de arroz estavam-se perdendo, no Maranhão, por falta de auxílio do Governo Federal e do Banco do Brasil. Como, na ocasião, o ilustre colega, Senador Lobão da Silveira, participou o orador, disse o jornal para que fizesse o fato. Que esperávamos, então, dos representantes do Governo nesta Casa do Congresso que, como nós, leram os jornais? Que viessem à tribuna dizer o pensamento do Governo e quais as providências que pretendia adotar, no caso, e nunca que os representantes da Maioria, aqueles que fazem parte do Governo, fossem os primeiros a reclamar o fato. Deixassem os jornais e os elementos que fazem oposição reclamar! Não lhe parece, meu ilustre Líder, que esta deveria ser a orientação normal, nesta Casa do Congresso?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Talvez fosse no sistema presidencialista, porque os campos estariam completamen-

te divididos. Hoje não. Todos os Partidos participam do Governo, de maneira que o Partido Trabalhista, por exemplo, não pode constituir mais Maioria do que a União Democrática Nacional ou do que o Partido Social Democrático. Hoje estamos em pé de igualdade e do Governo participam tanto elementos trabalhistas, como udenistas e pessedistas. Todos nós participamos dele.

O Sr. Gaspar Velloso — Perdão, isto não é bem a verdade. Alguns Partidos participam — o de V. Ex^a, o meu, a União Democrática Nacional, mas há alguns que não tomam parte no Gabinete.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O Partido Libertador não participa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não participa, mas acompanha.

O Sr. Mem de Sá — Não acompanha coisa alguma!

O Sr. Aloysio de Carvalho — Dai os discursos de caráter oposicionista que o nobre Senador Mem de Sá tem aqui proferido constantemente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O Partido Libertador é quem mais arduamente defende o parlamentarismo.

De sorte que, sendo um defensor do parlamentarismo, naturalmente, devo procurar corrigir esta ou aquela falha, através da palavra autorizada de seus líderes, nesta e na outra Casa do Congresso Nacional. Mas, senão partido que ainda não se incorporou ao Governo, embora tenha acompanhado com entusiasmo a mudança do sistema governamental, muitas vezes aplaudiu a maneira com que se conduzia o Governo e outras vezes a criticou pelo fato de não considerar puro o parlamentarismo que adotamos o que, de fato, não seria possível.

Reconheço não haver Oposição, porque os representantes do Partido Libertador não são oposicionistas, nada têm contra o Governo do Presidente João Goulart, não estão participando dos ministérios e não o defendem. São independentes. Esta a posição real do Partido Libertador.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência mais um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — V. Ex^a foi muito hábil e não faltou com a verdade, o que aliás nunca faz. Apenas habilmente, nos situou, de certa forma, próximos da realidade. Realmente aprovamos o sistema parlamentarista, mas nossa maior queixa é quanto ao fato de que esse sistema nasceu morto, pois tal qual um cordeirinho foi entregue a dois gaviões. Portanto não tem viabilidade, pois os homens encarregados de realizá-lo não têm interesse suficiente — o que é compreensível — ou não têm como se opor às circunstâncias. Não poderíamos fazer Oposição ao Presidente João Goulart, a não ser que ele fosse Presidente num sistema parlamentar porque aí seríamos Oposição.

O SR. LIMA TEIXEIRA — J não é.

O Sr. Mem de Sá — Na realidade o Sr. João Goulart não está sendo um Presidente de República Parlamentarista, porém está com um poder cada vez maior.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E ter razão pois foi eleito para um sistema presidencialista.

O Sr. Mem de Sá — Não estou explicando e sim constatando um fato. Sr. Ex^a está com uma autoridade cada vez maior porque o que havia de parlamentarismo, encolhe enquanto que havia de presidencialismo alarga. Dessa maneira, estamos, hoje, mais próximos do sistema presidencialista que do parlamentarista. Não se sabe, a quem se fazer Oposição; se a Conselho de Ministros ou a S. Ex^a Sr. João Goulart. Entretanto, os dois compõem o Governo do Brasil, num situação de parceria, quase com meeiros do Governo. Penso, portanto

como o nobre Senador Gaspar Velloso que as razões para uma união nacional, em setembro do ano passado, já não mais persistem. Está faltando oposição nesta e na outra Casa do Congresso. Penso que para o bem do Brasil e para o funcionamento das instituições, a oposição é necessária.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Nós mesmos podemos fazer essa oposição. Não estamos impedidos de criticar ao sistema parlamentarista ou a qualquer outro regime de governo.

O Sr. Mem de Sá — Em qualquer outro sistema, usualmente, formam-se dois blocos distintos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas isso faz com que o Governo se sinta muito mais fortalecido, principalmente se se contar com a oposição dos partidos políticos para vencer certas crises inclusive a que atravessamos, especialmente de ordem financeira.

A participação dos partidos políticos nas duas Casas do Congresso, facilitada, consideravelmente, a tarefa do Presidente da República e do Conselho de Ministros.

O Sr. Venâncio Igrejas — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Venâncio Igrejas — Também como o nobre Senador Mem de Sá, penso que muita razão tem o eminente colega, Senador Gaspar Velloso. Gostaria, apenas, de acrescentar um ponto às considerações dos dois ilustres colegas.

Parece-me, realmente, que as coisas estão invertidas neste País, pois se há oposição é do Presidente da República ao próprio regime.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito agradecido ao nobre colega.

Mas, Sr. Presidente, a digressão política que faço traz uma vantagem...

O Sr. Venâncio Igrejas — Peisei que V. Ex.^a fosse esclarecer as dúvidas que suscitei no meu aparte.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Deixo para fazê-lo em outra oportunidade, porque V. Ex.^a há de convir que estou aqui como observador, procurando auscultar a opinião de cada parlamentar. Deveríamos agir sempre desta maneira, a fim de conhecermos o pensamento da própria Casa que lidamos, através de debate público como o deste instante, e que poderá se refletir no Governo. Estamos colhendo opiniões, trazendo os fatos ao conhecimento público a despeito do nobre Senador Fernandes Távora supor que estou apenas veiculando boatos.

O Sr. Fernandes Távora — Apenas ampliando-os.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Lembra-se, nobre Senador, de que às vezes os fatos são dados à publicidade, como se fossem simples boatos, mas acabam como verdade.

O Sr. Fernandes Távora — É claro, boato partindo de V. Ex.^a tem outra amplitude.

O Sr. Gaspar Velloso — Louvo a atuação do nobre orador em procurar, nesta mesa redonda auscultar a opinião de todos os Senadores sobre assuntos na pauta da imprensa e do interesse público. Enfrentamos problemas seríssimos, e aproveitamos o momento para pedir a V. Ex.^a a palavra oficial sobre que pretende o Governo para solucionar determinadas questões. Enumerando-as e declarando quais as que considera mais graves, dando-lhes prioridade e dizendo como pretende solucioná-las. O Governo, através de V. Ex.^a ouvirá não só a opinião dos parlamentares em relação à sua atuação como também receberá possivelmente sugestões valiosas para equação dos problemas que nos afligem. Se V. Ex.^a fizer isto estará indiscutivelmente prestando grande auxílio à Nação. Se continuarmos, nesta Casa do Congresso, a veicular notícias da imprensa ao invés de as fornecer, estaremos fugindo à finalidade para a qual o povo nos elegeu.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Os fatos se processam nos bastidores e muitas vezes chegam ao conhecimento público com atraso. É por isto que, às vezes, devem ser veiculados.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — As palavras do Senador Gaspar Velloso fizeram-me pedir licença a V. Ex.^a para este aparte. A notícia já referida aqui por dois Senadores, a respeito do arroz do Maranhão, não tem o menor fundamento, porque o financiamento de cereais se faz para o plantio e o cultivo do cereal, até a colheita. Depois de colhido, como aconteceu no Maranhão, não há mais necessidade de financiamento, porque o preço atualmente é alto e não há motivo para que o produtor se preocupe com a sua venda, pois os compradores vão adquiri-lo pessoalmente. Portanto, considere a notícia infundada.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado pelo esclarecimento do nobre colega. Também participo da sua opinião quanto à parte referente ao preço do arroz. Tem razão o nobre representante de Goiás.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a um aparte? (assentimento do orador). O preço do arroz está alto no momento, porém não há dinheiro circulando, e, consequentemente, não há crédito para o estocamento do produto.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex.^a está enganado. Em Goiás, pelo menos, há crédito de compradores para o produto. Só se no Maranhão a situação é diferente.

O Sr. Lobão da Silveira — Então, poderia comprar o arroz e estocá-lo, para venda ao consumidor.

O Sr. Gaspar Velloso — A meu ver, o nobre Senador Lima Teixeira está rigorosamente certo. Insisto, apenas, para que S. Ex.^a, em vez da sua palavra particular de Senador, traga, a esta Casa, a palavra do Governo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, vou atender ao nobre colega Senador Gaspar Velloso. Poderíamos enumerar quais os assuntos com procedência, a fim de que o Governo sobre eles de informação concreta. Indagamos em primeiro lugar quais as medidas de que tem lançado mão para combater o alto custo de vida. Segundo, quais as providências tomadas pelo Governo para impedir a emissão, de evitar a espiral inflacionária. Se o Governo nos desse uma resposta, estaríamos praticando o parlamentarismo.

O Sr. Gaspar Velloso — Certo!

O Sr. Venâncio Igrejas — O Governo, não só se farta a essas providências, como dá a entender ao povo que as medidas deveriam ser tomadas pelo Congresso.

O SR. LIMA TEIXEIRA — A terceira arguição seria: que providências vem tomando o Governo, no setor agrícola, para impedir os movimentos que se observam no Nordeste, com a criação de Ligas Camponesas? O que está faltando para se evitar essas constantes reivindicações. Por que não olhar para as deficiências da agricultura no Nordeste, para que não estejam as Ligas Camponesas tumultuando e criando ali ambiente subversivo?

O Sr. Mem de Sá — V. Ex.^a revela até que ponto o sistema parlamentar não foi compreendido e, muito menos, praticado depois do Ato Adicional. No momento, o Sr. João Goulart não tem a menor responsabilidade nessa deturpação.

O Sr. Gaspar Velloso — Exatamente.

O Sr. Mem de Sá — O que não é normal, no Parlamentarismo, é que não seja o Congresso obrigado a dirigir perguntas oficiais. O normal seria que os Ministros estivessem dentro da Câmara dos Deputados, de que são

uma delegação, pois dela fazem parte, e lá diariamente comparecerem...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Exatamente; e o Primeiro Ministro é o próprio Líder da Maioria.

O Sr. Mem de Sá — ... de modo a que as reivindicações seriam feitas aos Membros do Gabinete, no entanto, há um distanciamento, um isolamento completo. Um Ministro vai à Câmara dos Deputados apenas por exceção e faz uma longa e brilhante exposição sobre determinados casos. Neste ponto — repito — o Sr. João Goulart não tem a menor responsabilidade pela deturpação. Ao sugerir que se formulem indagações, também V. Ex.^a não está apreciando devidamente o sistema. O que é necessário ressaltar, desde logo, não tanto a nós do Senado — porque ele não tem essa função — é que a Câmara dos Deputados deveria exigir o comparecimento diário dos Srs. Ministros.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.^a tem razão. São falhas que precisamos corrigir. Este debate, por exemplo, é muito útil...

O Sr. Mem de Sá — Não acredito...

O SR. LIMA TEIXEIRA — ... Porque, assim, conheceremos o pensamento dos Srs. Senadores.

O Sr. Gaspar Velloso — Será muito útil.

O SR. LIMA TEIXEIRA — A imprensa poderá concorrer para isto, e amanhã os Ministros poderão estar aqui para prestar esclarecimentos sobre matéria de interesse do próprio Governo.

O Sr. Mem de Sá — O lugar deles é na Câmara dos Deputados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Eles podem ser convocados para comparecerem ao Senado.

O Sr. Mem de Sá — A Câmara dos Deputados é que eles devem ir. Convocado ou não, o Sr. Tancredo Neves deveria diariamente comparecer àquela Casa do Congresso.

O Sr. Nogueira de Gama — S. Ex.^a dispõe de Gabinete na Câmara dos Deputados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Ultimamente o Primeiro Ministro tem estado presente às reuniões daquela Casa.

O Sr. Mem de Sá — A última vez, de que tive conhecimento, foi para justificar a encampação da Telefônica.

O Sr. Venâncio Igrejas — E não pediu um crédito de confiança à Câmara dos Deputados pelo ato que o Governo praticou.

O Sr. Mem de Sá — S. Ex.^a deveria comparecer com outros membros do Gabinete.

O SR. LIMA TEIXEIRA — São falhas — repito — que podemos corrigir. Há ainda, de nossa parte, uma incompreensão do regime, aliás justificada. Não podemos começar por onde governos parlamentaristas acabam. A nossa experiência é recente. O nosso dever é colaborar para o seu aperfeiçoamento. Hoje, me filio entre os parlamentaristas no Brasil.

O Sr. Mem de Sá — Sinto-me feliz pela adesão de V. Ex.^a

O Sr. Lobão da Silveira — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Fala-se tanto de comparecimento do Governo no Parlamento, quando a sua presença, em Brasília, já é uma exceção...

O Sr. Mem de Sá — O 1º Ministro é uma espécie de Líder da Maioria. De modo que todos esses problemas deviam ser conduzidos, em plenário, por S. Ex.^a. O 13º mês de salário foi votado no fim do ano passado ou no começo deste ano. Conhece-se a opinião do Governo ou do Conselho a respeito? Não! Foi votado por o total alheamento do Líder da Maioria, que, como diz V. Ex.^a é o 1º Ministro.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas S. Ex.^a compareceu!

O Sr. Venâncio Igrejas — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Venâncio Igrejas — Permite que diga, não estou entendendo bem o discurso de V. Ex.^a. Diz o nobre colega que aqui está para ouvir a opinião dos Senadores a respeito do atual Governo. O certo seria que V. Ex.^a, como Líder da Maioria, trouxesse os Senadores ao pensamento do Governo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Meu nobre colega: quando comecei o discurso fui claro. Disse que trataria de assuntos políticos e traria ao conhecimento da Casa fatos veiculados pela imprensa, mas que poderia se desenvolver nos bastidores.

O Sr. Venâncio Igrejas — Discordamos. V. Ex.^a não deveria trazer ao nosso conhecimento senão esclarecimentos do Governo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O nobre Senador Gaspar Velloso ofereceu uma boa sugestão, que acolhi. Deu debate que travamos, e trouxe colheita do material para levar ao conhecimento do Governo. Além disso, há a representação dos Estados, isto é, do próprio povo. Recebendo esse material e levando-o ao próprio Governo, poderemos trazer ao público. O Sr. 1º Ministro poderá trazer esclarecimento dos fatos, pois é, ali, o ponto, o Líder da Maioria.

O Sr. Venâncio Igrejas — Daria que V. Ex.^a fizesse uma pergunta ao Governo e depois do debate respondida. Por que o Governo, que tanto projeta e a maioria afirma especialmente a respeito, não se formula e entra em contato com os seus Líderes em ambas as Casas do Congresso, para efetuar-las?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Ainda ontem organizamos uma Comissão para apresentar substitutivo aos diversos projetos sobre reforma agrária. Estamos, portanto colaborando com o Governo.

O Sr. Venâncio Igrejas — Por que não coordena o Governo os diversos anteprojetos de Reforma Agrária existentes no Parlamento? Fala em Reforma Agrária o Presidente da República, como Chefe de Estado; faltam o Primeiro Ministro. Afinal, por que não procuram obter do Congresso os estatutos para essas Reformas?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não seria necessário o Presidente da República nos alertar. Este é o nosso dever. Qualquer Senador pode apresentar projeto que venha ao encontro dessas reformas.

Qualquer Senador tem a faculdade de apresentar projetos, debetê-los, encaminhá-los e de sugerir ao Governo. Nossa iniciativa, como representantes do povo, é muito ampla.

O Sr. Venâncio Igrejas — Mas o Presidente da República é o delegado do Congresso, e o Sr. Primeiro Ministro é Líder da Maioria. Por que, então, em vez de falar sobre reformas, não as realizam?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Foi por isso que sugeri, apoiado pelos Senadores Afrânio Lages e Pedro Calmon, que se organizasse uma Comissão para apresentar o Projeto de Reforma Agrária. Acredito ser possível ao Senado votar, em tempo, a reforma agrária.

O Sr. Venâncio Igrejas — Minha impressão é que o Congresso não tem nenhuma reforma, mas sem qualquer reforma alguma.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quer reforma alguma que não seja discutida no Parlamento? Não, não, não, as nossas condições econômicas...

Sr. Presidente — V. Ex.^a não precisa e necessários são os esclarecimentos um resumo do pensamento da Casa do Presidente do Parlamento. Certo, como declarou de início, que tem um bom timoneiro no Governo.

O Sr. Venâncio Igrejas — Qual dos dois?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quando me refiro ao timoneiro, naturalmente falo do que está com a mão no leme, dirigindo o barco.

tos capaz de impressionar a nós mesmos.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tímpanos) Lembro ao nobre orador que o tempo de que dispunha está esgotado. V. Ex.^a poderá concluir suas considerações ao final da Ordem do Dia, se o desejar.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vou atender a V. Ex.^a. Sr. Presidente, encerrando estas minhas considerações.

Agradço aos nobres colegas o concurso de seus valiosos apportes que, estou certo, serão úteis ao próprio Governo, pois representam a manifestação do Senado da República em torno da orientação do Executivo para a solução de nossos problemas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão de 23 do corrente foi aprovado o Requerimento nº 248, em que o Sr. Senador Padre Calazans e outros Srs. Senadores solicitavam a criação de uma Comissão Especial de 7 membros para, no prazo de 45 dias apresentar ao Senado um projeto de Estatuto da Terra.

Para constituírem essa Comissão a Presidência designa, de acordo com o art. 73 do Regimento Interno, os Srs. Senadores.

Gaspar Veloso — PSD.
Pedro Luduico — PSD.
Afrânio Lages — UDN.
Padre Calazans — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Nelson Maculan — PTB.

Aloyzio de Carvalho — PL.
Fica adiada a hora do expediente. Passa-se à Ordem do Dia.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 1962 em que os Srs. Senadores Barros Carvalho e Lima Teixeira (como Líder da Maioria) solicitam urgência, nos termos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 20, de 1961, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Serviço Radiotécnico do Senado Federal.

Antes apenas 26 Srs. Senadores ficaram adiada a votação por falta de quórum regimental.

Discussão, em turno único, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1960, que estende aos Diretores das Secretarias do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais de Trabalho o disposto no art. 1º do Decreto Legislativo nº 5.039, de 9 de novembro de 1928 e dá outras providências (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº ... de 1962).

Em discussão.
Nenhum dos Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Fica adiada a votação por falta de número.

Discussão, em turno único, da redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1960, que suspende a execução do art. 67, inciso III, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, e da Lei de Organização Judiciária, na parte em que assegura ao Tribunal de Justiça competência privativa para processar e julgar os Prefeitos Municipais, nos crimes comuns julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 135 de 1962).

Em discussão.
Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Fica adiada a votação por falta de número.

Discussão, em turno único, da redação final do Projeto de Lei da Câmara n. 66, de 1954, (número 3.727 de 1933 na Casa de origem) que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 134, de 1962).

Em discussão.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão. Fica adiada a votação por falta de número.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, a imprensa do país, através de vários de seus órgãos, os mais conceituados, noticiou a transferência para breve, da sede da Comissão Mista Brasil-Bolívia, da cidade de Corumbá, para Santa Cruz da Sierra, na Bolívia, sem que o Itamarati se manifestasse oficialmente e publicamente a respeito.

Durante a recente visita em nosso país, do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, houve troca e publicações de várias notas, porém em nenhuma delas nada se transcreveu com respeito a essa transferência inopinada.

Entretanto, Sr. Presidente, a direção daquela Comissão vem tomando medidas urgentes e nesse sentido baixou até posterior para que a transferência seja feita sem demora.

Ora, Sr. Presidente, não se pode compreender que, em se tratando de uma questão de magna importância, tenha havido por parte do Itamarati, certa reserva quando a essa mudança, pois o deslocamento repetido e sem justificativa de mais de 200 funcionários brasileiros e suas respectivas famílias, de Corumbá para Santa Cruz vem acarretar uma série de prejuízos incalculáveis a essas centenas de servidores que há mais de 10, 15 e até 20 anos prestam serviços à Nação, além de constituir graves prejuízos ao Comércio Corumbense com a perda dos consumidores da Comissão.

O Sr. Filinto Müller — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — De pleno acordo com as informações que V. Ex.^a traz ao conhecimento do Senado sobre a transferência desumana da sede do serviço da Comissão Mista Brasileiro-Bolívia. Note V. Ex.^a que a portaria baixada pelo Engenheiro-Chefe da Delegação Brasileira, determinando a mudança estabeleceu um prazo mínimo para grande parte do pessoal ser transferido e fixou a insignificante ajuda de custo de um mês de ordenado. Contudo, todos sabem das dificuldades de vida na Bolívia e ninguém desconhece que em Santa Cruz da Sierra não há condições para acolher as famílias brasileiras que lá deverão ir. V. Ex.^a focaliza o ponto que já tratamos também. O nobre Senador Lima Teixeira, em nossa ausência, aqui recebeu uma delegação de Deputados de todos os Partidos, vinda de Curitiba, e nesta Casa formou apelo ao Governo para que sustasse a transferência. Infelizmente esse apelo, em nome de todos os correntes políticas do nosso Estado, não teve acolhida por parte do Itamarati. Estou certo de que, reiterando V. Ex.^a o apelo, com o nosso apoio, o Itamarati há de reconsiderar a medida e providenciar para que não se processe de maneira tão atabalhoada e desumana a transferência dos nossos patriotas para Santa Cruz e a Sierra.

O SR. LOPES DA COSTA — Registro com prazer o aparte de V. Ex.^a.

que conhece, realmente os sérios problemas dos funcionários da Comissão Mista Brasileiro-Bolívia. Tanto assim é que, nesta Casa do Congresso, V. Ex.^a teve oportunidade de apresentar Projeto de lei no sentido de dar estabilidade a esses funcionários.

O Sr. Filinto Müller — Esse Projeto aliás, deveria ser aprovado, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Aproveito mesmo ensajo deste aparte para formular apelo àquela Casa do Congresso — e V. Ex.^a também o fará por certo — no sentido de que aprove esse Projeto que ampara aqueles servidores.

O SR. LOPES DA COSTA — No final do discurso que estou lendo, trato do assunto. Pessoalmente, entendi-me com o relator da matéria naquela Comissão, o nobre Deputado Adauto Lúcio Cardoso, que me prometeu ainda para esta semana o seu parecer.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com todo prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Li num jornal — não me lembro qual — que o Itamarati teria modificado sua opinião sobre essa mudança de funcionários. Nada mais justo. Fiquei contente porque, realmente, a transferência desses servidores, atualmente em Corumbá para Santa Cruz da Sierra, produzirá melancolia tanto aos que se mudam quanto à localidade em que atualmente se encontram. De sorte que será lamentável se não for exata a notícia que li, o respeito de o Itamarati haver modificado sua opinião, permitindo que, até ulterior deliberação ficassem em Corumbá, os funcionários da Rede.

O SR. LOPES DA COSTA — Obrigado ao aparte de V. Ex.^a. Não tive a satisfação de ler essa notícia, pois do contrário, não teria feito este apelo.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a, entretanto, deve estar mais bem informado do que eu.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.^a uma aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com muita honra.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex.^a, deve fazer o apelo. Ninguém conhece, melhor do que V. Ex.^a, a situação de Corumbá, tendo, portanto, autoridade para fazê-lo. A notícia que o nobre Senador Fernandes Távora leu, foi publicada mas não cumprida pois a medida a que se refere. Portanto, o apelo é oportuno, V. Ex.^a, o faz com muita autoridade e com todo nosso apoio.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a, nobre Senador Lopes da Costa, um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — O nobre colega, Senador Filinto Müller, juntamente com a delegação de Deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, teve ensaio de tomar as primeiras providências para que os funcionários da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz da Sierra não fossem transferidos de maneira quase inesperada, nas proximidades do pleito, da cidade brasileira de Corumbá, para Santa Cruz da Sierra, na Bolívia. Atendendo à solicitação do Senador Filinto Müller que ia viajar, acompanhei os quatro Deputados da Assembleia Legislativa até a presença do Chefe da Casa Civil da Presidência da República o Sr. Hermes Lima. Este, então, assumiu o compromisso de que se entenderia, diretamente, com o Sr. Ministro das Relações Exteriores, dizendo tratar-se de fato, de cláusula que figurava em uma das Reversões de Roboré. Entretanto, devido à proximidade da realização do pleito e em virtude de ou-

tras razões, como, por exemplo a falta de acomodações para os funcionários, em Santa Cruz da Sierra, entraria em entendimentos com o Sr. Ministro das Relações Exteriores com o Sr. Presidente da República. Agora, V. Ex.^a, traz ao conhecimento desta Casa, a informação de que estão sendo transferidos aqueles funcionários.

O SR. LOPES DA COSTA — Tenho notícia de que o Diretor da Comissão Mista baixou portaria no sentido de que a transferência se verificasse sem demora. Tenho também outra informação mais recente, sobre que o Itamarati, através de seu Secretário, teria tomado providências a fim de mandar um aviso telegráfico àquela Direção, para que sustasse a medida.

O Sr. Fernandes Távora — Então V. Ex.^a tem razão em fazer o apelo.

O Sr. Lima Teixeira — Desta forma, conclui-se que o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Hermes Lima, realmente, tomou as providências no sentido de impedir a transferência.

O SR. LOPES DA COSTA — Mas até que o Diretor da Rede tome conhecimento da ordem partida do Plano, o continuará os demarques.

Muito grato ao aparte dos nobres colegas Filinto Müller e Lima Teixeira. Encerro-me em Corumbá quando soube da partida para este Capital, dos quatro deputados, a fim de se dirigirem ao ilustre representante, Senador Filinto Müller. Informo aqui de que S. Ex.^a se havia encontrado, deixando a incumbência ao nobre Senador Lima Teixeira, que, aliás a satisfaz plenamente.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a, pode estar certo de que o fiz com muito prazer porque considerei a causa muito justa. Tive ensaio, da tribuna, de ler o memorial que esses deputados enviaram ao Sr. Presidente da República. Solicitei que o documento fosse transcrito nos Anais desta Casa. Tenho a impressão de que o assunto vai caminhando para a solução pela qual o ilustre representante de Mato Grosso, Senador Filinto Müller, tanto propugnou assim como V. Ex.^a, que formula este apelo.

O SR. LOPES DA COSTA — (Continuando a ler) — Isso iria acontecer justamente na ocasião em que esses sacrificados funcionários, aguardam a sua estabilidade, com a aprovação pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 2.584, de 1951, oriundo desta Casa.

Em esse sentido, Sr. Presidente, desejo aproveitar a oportunidade, para fazer um apelo ao ilustre Deputado Adauto Lúcio Cardoso, relator do referido Projeto na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, para que dê ao mesmo, o necessário andamento, com o parecer favorável de S. Ex.^a, por se tratar, realmente, de um ato de grande justiça.

Sr. Presidente, vários têm sido os insistentes apelos que venho recebendo daqueles funcionários, quer quanto a sua estabilização, quer quanto a essa mudança precipitada de sede da Comissão. A Associação Comercial de Corumbá, faz também dramático apelo e a respeito preserva e lev o seguinte ofício que recebi dessa importante entidade:

Nº 45-12

Corumbá, 27 de abril de 1962

Senhor Senador:

Surpreendidos com a deliberação do Governo Federal que resolve transferir a sede da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Bolívia, desta cidade para a de Santa Cruz da Sierra, República Boliviana, vimos solicitar a necessária e valiosa intervenção de Vossa Excelência no sentido de que tão inoportuna e tão patriótica medida não seja efetuada, já que vem atingir frontalmente a economia do Município

o faltar os servidores brasileiros aqui... que, se transferido para território estrangeiro, como o caso de desemprego e, ainda, os seus filhos não podendo estudar o idioma de nossa Pátria, bem como sentir-se-ão deslocados e prejudicados nos direitos civis e trabalhistas.

O comércio de Corumbá, que já vem atravessando grave crise econômica-financeira, sentiu profundamente a perda dos consumidores da Comissão Mista, pois, como o conhecimento de Vossa Excelência, o comércio fronteiriço; brasileiro-boliviano, com as facilidades que são dadas aos consumidores bolivianos que, embora sem documentação hábil compram diretamente nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, regime de "importação em trânsito", desviou a receita que de direito é justa-cabla a Corumbá.

Vossa Excelência não pode alheiar-se a tão magno assunto, porque se concretizada a referida transferência, ela prejudicará a coletividade corumbaense, moral e financeiramente, tendo ainda a parte da nacionalidade que, indubitavelmente, sentir-se-á atingida e diminuída.

Na certeza de que este apelo não será em vão, dada a magnitude da reivindicação, valêmo-nos desta oportunidade para reiterar-lha a segurança de nossa admiração, a par de nossos protestos de distinta consideração e mui especial estima.

Respeitosas Saudações

As.) Armando Anache, Presidente da Associação Comercial de Corumbá.

E' o que tinha a dizer, Sr. Presidente, na certeza de que o Ilustrado, na pessoa de seu Ilustre subsecretário Deputado Renato Archer, atenda ao justo apelo que ora faço desta tribuna, mandando tornar sem efeito a referida transferência até que se ofereça melhor oportunidade para fazê-la, pois a meu ver, a mesma deve estar condicionada a ratificação ou não das Notas Reversais de Roboré pelo Congresso Nacional, por serem estas um complemento do acordo firmado com a Bolívia em 1933. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE.

— Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, vou à tribuna apenas para deixar registrar a emoção que o meu nacionalismo, que se confunde com patriotismo, me fez receber ontem a notícia de que o filme brasileiro O pegador de peixes havia logrado a Palma de Ouro no Concurso Internacional de Cinema de Cannes.

Sabe o Congresso que neste certame internacional de cinematografia comparecem os melhores filmes. Há uma verdadeira seleção de filmes que, mais avançadas indústrias de todo o mundo e as melhores academias que esse ano, mais do que nos outros, houve concorrência excepcional, seleção e alta qualidade dos filmes, acentuadas. Conquistar, portanto, o Brasil, entre competidores tão fortes, melhor aparelhados que ele, o primeiro lugar, é motivo da maior satisfação para nós. Satisfação tão grande, Sr. Presidente, como seria ou será, — espero, — a conquista de mais um campeonato mundial de futebol, porque este empolga a todos os brasileiros, como demonstração de capacidade técnica e física dos brasileiros.

Esse que ontem se verificou é ainda mais estimável; revela a capacidade do brasileiro, no terreno supe-

rior do espírito, da arte e, tratando-se de cinema, da técnica e da organização. Porque o cinema, hoje, adquiriu uma situação excepcional — por não ser apenas arte, mas, também, indústria e comércio — é que pensa ser perfeitamente compatível com a austeridade do Senado e o registro que ora faço.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Pois não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Tanto mais é para sinalizar a conquista, quanto, neste filme premiado, tudo, desde o tema até a técnica, é rigorosamente brasileiro.

O SR. MEM DE SÁ — Muito agradecido pela valiosa contribuição de V. Exa.

Sr. Presidente, dizia que o assunto é importante, pois o cinema hoje constitui um item na balança de pagamento de todos os povos; este item tem sido altamente deficitário para o Brasil, que ainda é, quase exclusivamente um importador de filmes e o seu aluguel se faz em moeda forte.

O que agora produzimos — como outros do passado — abre-nos a possibilidade de criarmos um intercâmbio, através do qual o Brasil talvez angarie e carregue divisas e, não apenas, as exporte, para dar ao povo brasileiro a mais divulgada, a mais generalizada e especializada distração.

No caso, portanto, além do orgulho, da satisfação, do desvanecimento que devemos ter pela conquista, há ainda o aspecto prático, utilitário, mas de grande significação. Devo, entretanto, ressaltar, no momento, sobretudo a significação do esforço desse conjunto de brasileiros. É preciso ser destacada e ressaltada, a contribuição decisiva do Sr. Anselmo Duarte, Diretor desta película. No cinema moderno, o Diretor é a figura central; um filme é bom ou mau, conforme o seu Diretor. E este Senhor demonstrou que, sem maior experiência, está colocado na primeira fila dos grandes dirigentes cinematográficos.

Como ressaltou o nobre Senador Aloysio de Carvalho, o aspecto que deve ser bem acentuado é que o filme se impôs — estou certo — a um júri altamente classificado e selecionado de Cannes, pela influência que exerceu — e hoje comentávamos o fato — a força do aspecto regional, numa plateia internacional. Como disse há pouco o nobre Senador Aloysio de Carvalho, nada é tão internacional quanto o regional; em outras palavras, o regional contém tudo o que caracteriza o internacional. Foi precisamente por se tratar de um filme inteiro e exclusivamente brasileiro, da origem folclórica, brasileira, passada na Bahia, em torno de aspectos, figuras, costumes e tradições baianos, portanto, genuinamente brasileira, feito por Diretor e Artistas brasileiros, livre de proteções descabidas, é que merece — depois de haver conquistado a "Palma de Ouro" — os aplausos do Senado como Câmara representativa da Nação.

Deseja, ainda, registrar que esta conquista demonstra que é possível fazer, no Brasil, bom cinema sem ser necessário perseguir o cinema estrangeiro. E' muito frequente se julgar e preconizar que a maneira de se obter o desenvolvimento da Indústria Nacional do Cinema é evitá-la a entrada de filmes estrangeiros. Não! Que venham os filmes estrangeiros concorrer com os nossos. Devemos estimular, proteger e amparar a Cinema Nacional. Nesse sentido, existe um órgão, o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, criado pelo Governador Janio Quadros, e confiado a mãos experimentadas, que pode ser aquilo que o Cinema precisa para o seu desenvolvimento. Entretanto, ele carece, sobretudo, de financiamento.

Não se faz mais cinema — porque como indústria ele exige grandes investimentos — sem amparo e assistência financeira. Mas essa assistência financeira é capaz de largos e generosos rendimentos. Esse filme vai provar que poderá dar ao Brasil, boa soma de divisas e compensará ampla e fartamente os seus financiadores. Como este, muitos outros poderão e deverão ser produzidos. Temos capacidade e acabamos de demonstrar.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Muito bem!

O SR. MEM DE SÁ — Consigo, Sr. Presidente, o júbilo com que recebi o notícia, a meu ver a mais grata nos dias tão tristes que estamos atravessando (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

— Não há mais orador inscrito. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 28 de maio de 1962

(Segunda-feira)

Matéria em Regime de Urgência

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1962 (nº 112, de 1959, na Casa de origem) que dispõe sobre o pagamento a lavradores de cana que fornecem a usinas de açúcar ou destilarias e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra "b", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 246, de 1962, aprovado na sessão de 23 do corrente), dependendo de pronunciamento das Comissões — de Economia e de Finanças.

Matéria em Tramitação Normal

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 250, de 1962, em que os Srs. Senadores Barros Carvalho e Lima Teixeira (como Líder da Maioria) solicitam urgência, nos termos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 20, de 1961, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Serviço Rádio-técnico do Senado Federal.

3

Votação, em turno único, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1960, que estence aos Diretores das Secretarias do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho o disposto no art. 1º do Decreto Legislativo nº 5.059, de 2 de novembro de 1926 e dá outras providências (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 102, de 1962).

4

Votação, em turno único, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1954, (nº 3.727, de 1953, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 134, de 1962).

5

Votação, em turno único, da redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1960, que suspende a execução do art. 67, inciso III, da Constituição do Estado do Rio Grande do

Norte, e da Lei de Organização Judiciária na parte em que asseguram ao Tribunal de Justiça competência privativa para processar e julgar os Prefeitos Municipais nos crimes comuns, julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 133, de 1962).

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 1962, em que o Sr. Senador Jefferson de Aguiar solicita a convocação do Sr. Ministro da Indústria e Comércio para expor, circunstanciada e detalhadamente, os planos de governo e medidas porventura já adotadas para a contenção e possível redução do custo de vida, especialmente para propiciar melhor produção, maior produtividade e extensão da especulação.

O SR. PRESIDENTE:

Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 30 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 60 DE 25 DE MAIO DE 1962

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve dispensar, a pedido, das funções de Chefe da Seção de Mecanografia, da Diretoria das Comissões, Elza José Muniz de Melo, Oficial Legislativo, Símbolo PL-4, elogiando-a pelos bons serviços prestados.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de maio de 1962. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 61 DE 25 DE MAIO DE 1962

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Italino Cruz Alves, Oficial Legislativo, PL-3, para exercer as funções de Chefe da Seção de Mecanografia da Diretoria das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de maio de 1962. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Atos do Diretor Geral

Concedeu férias relativas a 1961, em virtude de ter permanecido de plantão no recesso, a Olavo de Sousa Ribeiro, Eletricista, PL-7, a partir de 15 de maio de 1962. (Requerimento nº 245-62)

Indeferiu o Requerimento nº 266-62, em que Aristoteles Pereira Madruga, Auxiliar de Portaria, PL-9, solicita férias relativas a 1962.

Abonou, de acordo com os artigos 160, item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas abaixo discriminadas, referentes ao mês de maio de 1962:

de Paulo Rubens Pinheiro Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 2, 3 e 4;

de Yvone Rego de Miranda, Redator, PL-4, no dia 11;

de Beatriz Brandão Brígido, Taquígrafa-Revisora, PL-2, no dia 14;

de Evandro Fonseca Paranaíba, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 14;

de Rosa Angélica Berger Vargas Cardine, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 14;

de Diva Falconi de Carvalho, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 11;

de Severino Jorge Trindade Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 7;

de Carlos Torres Pereira Taquigrafo, PL-4, no dia 15.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de maio de 1962. — Maria do Carmo R. Souza, Diretora do Pessoal.

PREÇO DO NOME DO DE HOJE: R\$ 0,10